

JORNAL

adunicamp

ANO 11

AGOSTO 91

Publicação da Associação de Docentes da UNICAMP - Campinas - SP



POR QUE PARAR? PARAR POR QUE?

ADUNICAMP EM TEMPOS DIFÍCEIS:

HORA DE PENSAR... HORA DE FAZER...



EDITORIAL

Adunicamp: O Desafio de Continuar

Em diversas oportunidades ao longo de sua existência, a UNICAMP foi alvo de ataques insidiosos. Ocorreram situações em que a sua própria sobrevivência esteve diretamente ameaçada. Em outras oportunidades, situações foram criadas e produziram, como consequência, forte deterioração dos salários do pessoal docente.

Sempre que tiveram necessidade de agir, fosse para defender a Universidade Pública ameaçada, as condições indispensáveis para o desenvolvimento das atividades de docência e pesquisa ou mesmo impedir saques velados contra seus salários, nossos docentes puderam contar com sua entidade - a ADUNICAMP. Através desta entidade puderam articular sua resistência a estes ataques.

Nos últimos anos a entidade veio experimentar uma diminuição acentuada do número de colegas disponíveis para assegurar a continuidade de suas atividades. Existe inclusive dificuldade para compor uma chapa que venha concorrer à sucessão da atual Diretoria. Não se pode dizer que deixaram de existir as condições que, no passado, tanto atormentaram a vida universitária. Ao contrário, ataques podem surgir a qualquer momento. As ameaças ao ensino público gratuito constituem um bom exemplo. Por outro lado, ninguém ignora as previsões sombrias sobre o recrudescimento da inflação, já nos próximos meses. Nossos salários, que já acumulam perdas, como ficarão?

Como se pode explicar a desmobilização existente?

Sabe-se da existência de uma conjuntura desfavorável, pelas dificuldades que a ADUNESP e a ADUSP também vêm experimentando, embora não ao mesmo nível da ADUNICAMP. A chamada autonomia das Universidades Públicas Paulistas parece ter alguma responsabilidade nesta situação. Muitos avaliam que os percentuais fixos destinados às Universidades não deixam espaço para reivindicações. Outros, descrentes da ação coletiva, vêm procurando a solução individual para seus problemas. Ignoram o que tem sido conseguido para todos através da atuação da entidade.

Algumas causas do afastamento de docentes de sua entidade podem ser

encontradas dentro da própria UNICAMP. Muita gente que gravitava em torno da associação de docentes e que, potencialmente, poderia assumir a sua Diretoria, acabou assumindo cargos administrativos, também necessários para a vida universitária. A falta de renovação de quadros agravou a situação.

Com o advento do chamado Projeto Qualidade verificou-se um aumento na cobrança sobre os colegas docentes que ainda não têm o mestrado ou que estão fazendo seu doutorado. Muitos colegas foram, portanto, obrigados a diminuir sua participação na entidade para poderem atender a esta necessidade.

Embora comprovadamente necessárias para nossa comunidade docente, as atividades exercidas pelos docentes, enquanto membros da Diretoria da entidade, nada somam para a sua promoção.

O desaparecimento da entidade é impensável. Ninguém avalia que ela tenha se tornado desnecessária. Talvez tenha que sofrer alterações na sua organização interna, podendo até transformar-se em sindicato, opinam alguns.

Para ensejar uma discussão aberta sobre a situação atual da entidade, o Conselho de Representantes entendeu ser oportuno que se produzisse uma edição do Jornal da ADUNICAMP. Assim, todos os ex-presidentes da entidade foram convidados a escrever artigos debatendo a questão. Através do Boletim da ADUNICAMP o convite foi estendido a todos que desejassem escrever a respeito das dificuldades que estamos atravessando.

Nem todos os ex-presidentes da entidade puderam, ou desejaram, escrever a respeito. O número de artigos é, no entanto, suficiente para que alguma discussão se inicie. A expectativa do Conselho de Representantes, da Diretoria e de amigos da ADUNICAMP é provocar um debate sobre a nossa crise e que traga como resultado a superação do atual quadro de dificuldades.

Comissão de Imprensa
Prof. Carlos Rodrigues de Souza
Prof. Helena Costa Lopes de Freitas
Prof. Rafael Santos Mendes

O Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP é a Saída

A ADUNICAMP foi fundada no bojo da luta contra a ditadura militar no Brasil. Em 1977 vínhamos do começo do esgotamento do "milagre econômico" e das primeiras manifestações dos estudantes, da classe média e da intelectualidade contra os assassinatos cometidos pela ditadura militar. Em 1978-1979 o movimento operário entra em cena com as grandes greves no ABC.

Em 1979 fizemos a nossa greve unificada do funcionalismo contra Maluf. Aqui na UNICAMP é a ADUNICAMP quem toma a frente da luta, abrindo espaço inclusive para a participação dos trabalhadores não-docentes, através de assembléias unitárias, uma vez que a ASSUC era então uma entidade nas mãos da Reitoria. Essa unidade dos trabalhadores, foi quebrada na UNICAMP pelas três gestões que se seguiram na diretoria da ADUNICAMP.

A queda da ditadura militar com as grandes manifestações de rua pelas Diretas em 1984 e o estabelecimento legal do regime democrático-burguês com a Constituição de 1988, aliados ao aprofundamento da crise econômica mundial com seus perversos reflexos no Brasil, modificaram bastante a situação interna das Universidades e em particular a UNICAMP.

Esta deixou cada vez mais de ser um espaço da contestação ao regime e cada vez mais se integra na defesa do regime democrático-burguês atual, procurando cumprir seu papel de produtora de "idéias" e quadros para a reprodução do sistema social de exploração vigente. É claro que isso não se dá sem contradições, principalmente advindo do status semicolonial do país. E mais internamente usa de todo o arsenal que a burguesia utiliza para manter a sua dominação. É a disputa ideológica da consciência de seus trabalhadores docentes e não-docentes; a divisão entre esses trabalhadores, a cooptação e em último caso a repressão pura e simples como ocorreu na última greve dos trabalhadores não-docentes da UNICAMP. E tudo isso no quadro legal das novas constituições e dos estatutos reformulados da Universidade.

Essa nova situação se reflete particularmente na questão da direção da ADUNICAMP.

Parte dos professores foi ganha para o jogo institucional. Faz parte da burocracia universitária, que se coloca conscientemente a serviço da burguesia.

Outra parte foi ganha ideologica-

mente e concorda com a política implantada pela Reitoria.

Outros, principalmente MS-1 e MS-2, são submetidos à pressão do chamado Projeto Qualidade. Ninguém quer assumir a direção da ADUNICAMP.

Qual a saída? É os professores da UNICAMP se reconhecerem como trabalhadores de um país semicolonial e se organizarem com os demais trabalhadores da empresa e do país. E colocarem a sua capacidade de produzir "idéias" para construirmos uma nova Universidade numa nova sociedade sem exploradores e sem explorados.

Do ponto de vista sindical, é aderir ao novo Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP, recém-criado.

Esse sindicato, que congregará todos os trabalhadores da UNICAMP independente de suas funções, incorpora nos seus estatutos, o que de mais avançado o movimento dos trabalhadores no Brasil e no Mundo produziu.

Seu órgão máximo é o Congresso que se reúne a cada três anos, composto de delegados eleitos nas unidades, proporcional ao seu número e mobilização após discussões de teses previamente publicadas.

Tem também como a ADUNICAMP, as assembléias gerais e o Conselho de Representantes sindicais eleitos pelas unidades e uma diretoria executiva de vinte e sete membros. Essa diretoria conta atualmente com dois trabalhadores docentes.

E o sindicato já nasce filiado à Fabsubra e à CUT, que é para não perder de vista a luta dos trabalhadores das Universidades e do Brasil.

A proposta que faço é que a ADUNICAMP através de decisão de suas instâncias, se incorpore a esse sindicato como brevemente deverá fazer a ASSUC, no seu próximo Congresso.

Em 1979, a ADUNICAMP abriu suas portas para os trabalhadores não-docentes da Universidade, para reforçar a luta comum.

Doze anos depois, é a vez da ADUNICAMP procurar a unidade com os trabalhadores não-docentes, para sair de suas dificuldades.

Juntos seremos mais fortes para transformar as Universidades e o País.

Um só sindicato na UNICAMP.

Longa vida ao Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP.

José Vitorio Zago
 Prof. IMECC
 Ex-presidente Adunicamp
 Gestão 1978 a 1979

EXPEDIENTE

Associação de Docentes da UNICAMP - ADUNICAMP - Fone: 39.1148

Diretoria:

Presidente: Sergio S. Silva
1º Vice: Jurandir Fernandes
2º Vice: Roberto Teixeira Mendes
2º Secretário: Luís Carlos Guedes Pinto
1º Tesoureiro: Sílvia Pregnotato
2º Tesoureiro: Celso Davanzo

Equipes do Jornal:

Chefinho (FEE) - Helena (FE) - Rafael (FEE)
Participações: Marcinha, Ivete, Elena
Capa: Marcinha

Composição e Arte Final:



R. Prof. João Brenn, 30 - Taquaral
 Campinas-SP F: (0192) 54.2310

A ADUNICAMP E O MOVIMENTO DOCENTE

Refletir sobre a ADUNICAMP é sempre um motivo de satisfação. A entidade que nasceu no arbítrio sempre teve uma participação marcante na vida universitária e nos movimentos sociais e políticos do País. Qualquer observador pode constatar que a Adunicamp se constituiu num verdadeiro centro de formação de quadros para a Universidade. O momento atual é de crise o que exige uma profunda reflexão dos docentes, pois desta advirá certamente a saída para os atuais impasses e o caminho futuro.

Nossos grandes movimentos unitários que no passado sempre identificaram seus adversários e os combateram, quer no Palácio dos Bandeirantes, quer na Assembléia Legislativa, agora hesitam em identificar nas Reitorias e no CRUESP o alvo central de nossas campanhas. A autonomia tão desejada, dado o contexto em que foi concedida, trouxe consigo alguns problemas entre os quais destacaria uma profunda divisão entre as três Universidades desde o mais alto escalão, vide reitorias, e no interior destas até as bases do movimento universitário. Na UNICAMP esta divisão é perceptível em todos os níveis até nos Departamentos. A falta do adversário externo faz com que os colegas hesitem a "atingir" outros que momentaneamente ocupam posições administrativas ou de assessorias, mesmo quando seus salários se encontram aviltados e corroídos pela inflação que destrói o que resta do nosso País.

A última campanha em defesa do salário e da Universidade Pública, como em nenhuma outra oportunidade, evidenciou a necessidade dos docentes definirem claramente os rumos da nossa entidade. Está claro que a decisão sobre os salários depende diretamente dos reitores e de seus projetos universitários, consequentemente de sua competência como gestores. Esta definição e conscientização de cada um é elemento fundamental na definição do papel futuro da ADUNICAMP. Entidade alguma conseguirá lutar pelos interesses de sua categoria se estiver dissociada de suas bases assim como nossos interesses jamais serão preservados ou defendidos com diretorias fracas, omissas ou atreladas às Reitorias. Outra lição da última campanha foi evidenciar que a ADUNICAMP tem que estar aparelhada para acompanhar as administrações das Universidades como requisito para poder negociar com o CRUESP, caso contrário terá que acatar as decisões daquela entidade

por absoluta falta de argumentos. Recentemente demonstramos a irrealidade dos cálculos do CRUESP e provamos a possibilidade de aumentos superiores aos 11% propostos. Coube ao CRUESP provar a toda Universidade que a greve era a única alternativa para conseguir melhoria salarial, ao conceder no espaço de duas semanas o índice de 34% anteriormente "inviável" com o coro inclusive de alguns "realistas" de nossa categoria. Este fato foi da maior importância porque nem as lideranças do movimento conseguiram tal proeza.

Não temos dúvida de que as futuras lutas se travarão dentro da Universidade com todos os desgastes decorrentes da nova situação pois haverá colegas que estarão pressionados pelas Reitorias para refreá-las.

A curto prazo teremos que decidir outra questão espinhosa, a sindicalização. A questão sindical no Brasil sempre foi penosa e difícil. Não sendo especialista no assunto não pretendo discuti-la em profundidade, mas não posso deixar de observar que somente após a Constituição em 1988 foram criadas condições para a existência de sindicatos livres e autônomos. Pela primeira vez os servidores públicos ganharam este direito. As Associações cumpriram ou tentaram cumprir este papel. No presente, essas entidades e seus associados têm que decidir sobre sua continuidade ou transformação em Sindicatos. Os docentes das Universidades Federais avançaram nesta questão ao transformarem a Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior-ANDES em Sindicato Nacional, enquanto que no âmbito das Estaduais Paulistas a questão vem se arrastando. O período de liberdade sindical e autonomia universitária ainda não foi o suficiente para convencer alguns colegas de que ser sindicalizado não significa a perda da intelectualidade. Vivi alguns anos na França onde a "Federation de l'Education Nationale - FEN" é uma entidade forte na defesa dos educadores franceses e com uma importante participação nas lutas sociais e políticas do País. Há aí uma importante reflexão a ser feita para que haja tomada de decisão a curto prazo.

Entendo que o futuro da entidade está intrinsecamente relacionado com o da própria Universidade. A ADUNICAMP, sindicato ou não, deve ser um fórum de discussão das questões universitárias. A participação na seqüência de debates promovida no último movimento demonstrou

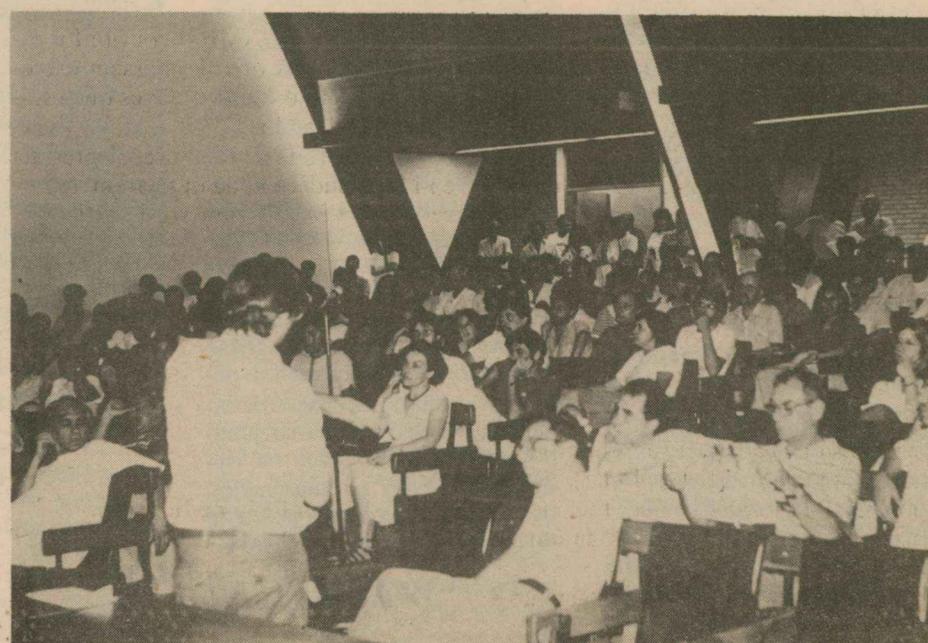
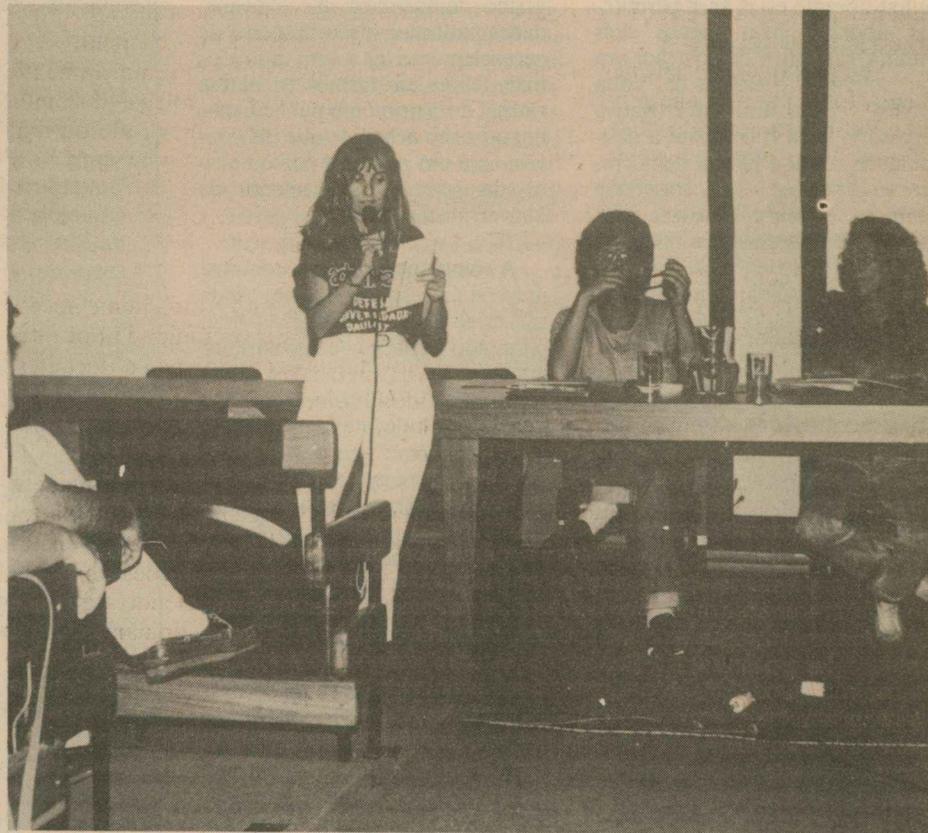
que o corpo docente está disposto a discutir e defender o futuro da Universidade pública no país dos ataques neoliberais. A estrutura formal da UNICAMP, através de seus Departamentos, Conselhos, Congregações e Conselho Universitário, não é suficiente para capilarizar as questões importantes na vida da Universidade até por uma questão de autopreservação institucional dada a estrutura de poder hoje existente. Um único exemplo recente basta para ilustrar: O Projeto Qualidade. Sem entrar no mérito do mesmo pois não é o objetivo deste artigo, mas apenas para citar esta iniciativa que atravessou todos os canais formais e está sendo implantado. Entretanto uma grande parcela da comunidade ainda não o compreende e nem tem consciência de suas seqüências futuras.

Entendo que o futuro da ADUNICAMP dependerá em grande parte de como será aceita no seu relacionamento com a Administração da UNICAMP, da capacidade de seus gestores se relacionarem profissionalmente

com a Diretoria da entidade. As divergências existem e existirão sempre mas terão que ser tratadas de forma adulta respeitando a total autonomia que necessariamente deve existir entre a entidade e a Retoria. Nossa expectativa é positiva até porque hoje se encontram na administração diversos quadros e até ex-presidentes da Adunicamp que quando militantes do nosso movimento eram muito zelosos dessa independência.

Desse grande debate sobre a entidade, certamente sairemos fortalecidos e, espero, unidos por uma ADUNICAMP forte na liderança do corpo docente, não só nas suas reivindicações trabalhistas, mas discutindo o papel da Universidade, na defesa do ensino público e gratuito nos grandes movimentos políticos no aperfeiçoamento desta sociedade profundamente desigual e injusta e que no contexto político atual segue, infelizmente, célere no aprofundamento destas desigualdades.

Francisco de Assis Machado Reis
Prof. IQ



Por uma Gestão Democrática dos Equipamentos Públicos: a UNICAMP e o Movimento Docente

Uma das grandes questões que ocuparam os militantes políticos brasileiros na fase da transição da ditadura militar, foi a que se referia ao controle social da "coisa pública". Fato profundamente natural considerando-se a maneira pela qual a ditadura organizava o processo social de decisão sobre os rumos da sociedade, e o "gigantismo" da máquina pública brasileira. Entretanto, paradoxalmente, convivemos neste processo histórico-social com uma das maiores situações de "privatização do Estado".

O que o movimento social acumulou durante estes anos permitiu apontar pelo menos dois grandes caminhos de solução: um que, tomando a defesa da "coisa pública" como uma prerrogativa necessária para o combate à desigualdade social e para a democratização política da sociedade brasileira, procura construir propostas de "modernizar" a máquina estatal e suas ações, preservando o seu caráter público, desprivatizando-a, e estreitando o seu vínculo com os interesses da maioria, através da criação de processos sociais que democratizem, para o conjunto da sociedade, as etapas de formulação, decisão e execução das políticas públicas; e outro que, em nome do combate do gigantismo estatal e da modernidade, propõe a privatização do patrimônio público e a substituição das ações de governo pelos setores privados.

O confronto entre estes caminhos vem se estruturando no âmbito de toda a sociedade, permitindo-nos dizer que os seguidores do segundo têm conseguido, com suas estratégias políticas, aumentar os privilégios das elites políticas decisórias, aumentar a desigualdade social, diminuir a riqueza a ser distribuída socialmente a favorecer os interesses de grandes grupos econômicos privados.

Mas, apesar disso, no interior de várias empresas públicas, ou equivalentes, assistimos uma pesada luta pela não-destruição dos patrimônios coletivos da sociedade brasileira, como na própria universidade pública.

As Universidades brasileiras são neste momento um dos poucos produtos do Estado quem vêm desempenhando um papel civilizatório e de desenvolvimento científico e tecnológico com abrangência coletiva. Por isso mesmo, ela tem sofrido um intenso ataque por parte das elites econômicas e privadas interessadas em acabar com a "coisa

pública" e com o crescimento organizativo e cultural da sociedade civil.

Em São Paulo, por conquista do movimento social, expressa no caso das Universidades pelas lutas dos movimentos docentes e dos funcionários, tem se conseguido instrumentos de defesa do patrimônio público que têm amortecido o impacto da crise no interior das Universidades estaduais. Com isto não queremos dizer que elas vivem "as mil maravilhas", pois isto não é verdade, temos enfrentado grandes problemas no âmbito da gestão democrática das Universidades paulistas; o seu processo de gerenciamento não tem sido dos mais felizes em termos de defesa radical do patrimônio público, mas apesar disto achamos que ela convive com um processo rico de busca de soluções em relação às Universidades federais.

A convivência com a autonomia universitária, mesmo que ainda não esteja na sua forma ideal, tem permitido a criação de mecanismos interessantes de alternativas para a constituição de uma universidade pública comprometida com a maioria, mesmo que no seu interior haja disputas com grupos dirigentes que orientam suas escolhas na direção da privatização. Entretanto, pelas conquistas já dadas, as barreiras para a sua destruição enquanto "coisa pública" têm sido razoavelmente eficientes.

Por isso, o movimento docente tem que compreender estes novos momentos por que passa o processo de luta no interior das Universidades paulistas, devendo se pautar por esta nova fase que vivemos e, mesmo que paradoxalmente convivendo com uma baixa mobilização conjuntural da categoria, não pode deixar seus instrumentos de representação, como as entidades docentes, desaparecerem. O momento é de construção de novas pautas de discussões, é de reconhecimento dos diferentes projetos de construção da universidade, e o de buscar construir uma frente ampla no interior do movimento docente em defesa da sua entidade, tendo como eixo a gestão democrática dos equipamentos públicos, em função da criação de canais de atuação para o conjunto dos setores interessados na sua existência, como: os funcionários, os alunos e os setores organizados do movimento popular e sindical.

Emerson Elias Merhy
Prof. FCM

ADUNICAMP: Uma História de Luta e Resi

1977

Maio. É fundada a ADUNICAMP. A Assembléia de criação reuniu 370 professores. O professor Jorge Leme, da FEA, dirige a primeira Assembléia e dirige provisoriamente a entidade até outubro quando é eleita a primeira diretoria. O professor Rubem Alves é o presidente.

1978

A ADUNICAMP participa ativamente da Plenária do Funcionalismo que reúne as entidades do funcionalismo estadual.

1979

Março. Em conjunto com a ASSUC, organiza o movimento de greve de resistência ao governo Maluf pelo reajuste de 70% + Cr\$ 2.000,00.

1981

Fevereiro. A ADUNICAMP participa ativamente do Congresso de criação da ANDES realizado na UNICAMP.

Agosto. Em conjunto com o DCE a ADUNICAMP deflagra a campanha por eleições diretas para reitor. O Conselho Diretor aprova consulta à comunidade. Tal decisão motivaria, em 15 de outubro, a intervenção de Maluf na UNICAMP.

Setembro. Participa ativamente do CONCLAT que articula o movimento sindical no Estado e no país.

Outubro. A ADUNICAMP reage à demissão dos diretores da ASSUC pelo reitor e através de amplo movimento rejeita os interventores e luta pela reintegração dos diretores exonerados e pelo respeito à deliberação do Conselho Diretor. Recebe apoio de todos os cantos do país em defesa da Universidade contra a intervenção malufista.

1982

Setembro. A ADUNICAMP participa do processo de Institucionalização da UNICAMP e realiza o 1º *Simpósio Sobre Institucionalização* que aprovou propostas de modificação dos estatutos da UNICAMP.

1983

Setembro. Participa do Congresso de criação da CUT em São Bernardo.

Novembro. É organizado o *Comitê Municipal pelas Diretas Já* por iniciativa da ADUNICAMP em conjunto com APEOESP, SINPRO E CSU.

Dezembro. Participa do primeiro Ato Público pelas Diretas para Presidente, no Pacaembu.

1984

A ADUNICAMP participa ativamente da criação da Plenária de Entidades do funcionalismo estadual levando campanhas unificadas que permitiram reajustes significativos para o conjunto do funcionalismo estadual. É levada a campanha pelo reajuste trimestral.

Junho. É realizado o 2º *Simpósio Sobre Institucionalização*. Questões como composição das Congregações, Estabilidade, Quadros e Concurso são os resultados mais expressivos destes debates.

Julho. Na reunião da SBPC participa ativamente na organização do Ato Público em defesa da Universidade Pública e Gratuita.

1985

Maio e Junho. A ADUNICAMP dá início aos debates sobre Eleições para Reitor.

Agosto. A ADUNICAMP organiza consulta aos docentes sobre Eleição de reitor e regras para a escolha.

Outubro. É organizado o primeiro debate com os reitoráveis tendo em vista a escolha do reitor a se dar em março de 86.

1986

Março. Já na nova sede, a ADUNICAMP participa ativamente nos debates da consulta à comunidade para a escolha de reitor. Divulga cartilha contendo as opções de regras eleitorais, elabora jornal com a plataforma dos candidatos a reitor e realiza enquête entre os docentes para definição da regras da consulta.

Junho. Realiza-se o *Simpósio Sobre Institucionalização* (sobre composição e atribuições do Conselho Universitário) e têm início os estudos para o estabelecimento da Carreira dos Docentes dos Colégios Técnicos.

1987

Maio. Greve do Gatilho. A ADUNICAMP participa ativamente do movimento pelo Gatilho para o funcionalismo público estadual. Sua presença ativa na Assembléia Legislativa e nas ruas da cidade mobiliza os docentes e a sociedade contra o arrocho salarial do Governo Quéricia e pela concessão do gatilho concedido aos servidores federais.

Novembro. Nova greve por reajustes. Dura 11 dias e obteve vitória salarial.

1988

Maio. Tem início a campanha salarial no Quéricia.

Agosto. A ADUNICAMP, em conjunto com os servidores das Universidades, participa do *Congresso em Defesa das Universidades*.

Outubro. É deflagrada a greve. Efeitos: Atos Públicos do SOS Universidade, Atos Públicos do SOS Universidade Pública no Centro de Convivência, sociedade civil, partidos políticos, sindicatos e sindicais. Recebe apoio de vários setores. A greve dura 88 dias.

1989

Janeiro. Como resultado da greve, a autonomia das Universidades Públicas é reconhecida. A greve representa, na nossa data, o primeiro triunfo da sociedade civil.

Setembro. A ADUNICAMP dá início a uma campanha dedicada ao tema Universidade, Trabalho e Cidadania.

Outubro. A ADUNICAMP dá início a uma campanha dedicada a modificação dos estatutos da UNICAMP e um novo plebiscito indicam a vitória do movimento.

Novembro. A ADUNICAMP participa do 2º turno das eleições presidenciais e dá apoio ao movimento.

1990

Março. São realizados debates sobre a lista tríplice que é alterada para o 3º nome da lista substituído pela ADUNICAMP protesta pelo desrespeito dos estatutos.

Março. Realiza o primeiro debate sobre a reforma dos estatutos.

Junho. A ADUNICAMP dá início a uma campanha em defesa da Universidade Pública e Tecnológica do Governo do Estado. Presença de Enio Candotti, presidente do Conselho de Administração, e outros conferencistas. Dá início a uma campanha de arrecadação de fundos para a UNICAMP n.ºs 1 e 2, como resultado do 1º plebiscito.

Junho. É divulgado o *Projeto Quilômetros* sobre o tema, resultado do 2º plebiscito. A ADUNICAMP reivindica, no Conselho de Administração, a reforma dos estatutos.

Setembro. A ADUNICAMP organiza o primeiro plebiscito para Governador, com a presença de Enio Candotti, presidente do Conselho de Administração, Educação, Ciência e Tecnologia.

1991

Março. A ADUNICAMP deflagra a campanha de arrecadação de fundos para a UNICAMP. Pela primeira vez sem recuperação com dias de paralisação e transformação dos iniciais 11% concedidos.

Março. Organiza a Nova Fase dos Plebiscitos. Outros números: Plebiscito da Guerra do Golfo, Política de Ciência e Tecnologia, Empresa etc.

Junho. Realiza mesa-redonda com o tema "A Universidade Pública e Tecnológica para a UNICAMP com a participação da sociedade civil".

Agosto. A ADUNICAMP participa do 3º plebiscito em conjunto com várias entidades da sociedade civil.

Por escassez de espaço e talvez até por um lapso em alguns momentos, deixamos de registrar alguns importantes eventos dos quais a ADUNICAMP sempre participou e esteve à frente. De qualquer modo, consideramos que o papel que a entidade tem desempenhado nas questões acadêmicas, científicas, sindicais, em relação às grandes questões da sociedade, é a razão maior que justifica a continuidade desse trabalho.

Esta história tem que continuar

tência

es salariais mobiliza o conjunto dos do-
s parciais significativas do ponto de vis-

al pela reposição das perdas do Gover-

to com ADUSP e ADUNESP, entidades
repara um amplo movimento: SOS Uni-
dades Públicas Paulistas.

várias cidades do Estado são realizados
A ADUNICAMP realiza um amplo Ato
om a participação de amplos setores da
ntelectuais, entidades de classe, cientifi-
ntenas de entidades nacionais e interna-

o governador do Estado "decreta" a au-
s Paulistas. Do ponto de vista salarial, a
e, um reajuste em média de 92,40%.

aos debates sobre sucessão presiden-
específicos e publica um jornal especial
cação e Ciência e Tecnologia.

Campanha Diretas para Reitor propon-
estabelecer diretas para reitor. Debates
ade da comunidade de que o processo

ativamente do Movimento Lula Lá no
É publicado manifesto dos docentes de

os reitoráveis. A consulta aponta clara-
ta pelo Conselho Universitário, que eli-
ndo-o por o de um Conselheiro. A
rito à lista e reforça a idéia de mudança

obre Plano Collor com ampla participa-

na série de debates sobre Política Cien-
tífica, Avaliação da Universidade, com a
nte da SBPC, Isaura Belloni da UNB e
publicação dos Cadernos da ADUNI-
estes dois debates.

ade. A ADUNICAMP organiza dois Ca-
s debates nas diferentes unidades. A
o aprofundamento e ampliação do de-
recebido críticas e rejeições dois anos
documento.

dois números do Jornal sobre Eleições
vários candidatos sobre os temas Uni-
ciologia.

panha por reposição das perdas sala-
ção na data-base, uma ampla mobiliza-
finalmente uma greve de dois dias,
os pelo CRUESP, em 34%.

Cadernos da ADUNICAMP sobre o Pro-
seguem sobre temas atuais como a
e Tecnologia, Relacionamento Universi-

o tema *Política Científica e Tecnológica*
de docentes de várias áreas.

*Fórum pela Criação dos Cursos Notur-
es científicas e sindicais e estudantis da*

amos de destacar aqui
nte em sua organização
cumprido
es políticas nacionais

o.

ASSUC

A UNIDADE DOS
TRABALHADORES:
CAMINHO PARA
A LUTA

Uma das maiores dificuldades do movimento sindical e democrático do nosso país é o corporativismo das suas organizações.

Nos sindicatos e associações, em especial, a maioria das ações sempre gira em torno da questão econômica e/ou das demandas internas da sua base trabalhadora. Esta situação, aliada à falta de articulação do meio sindical com outras organizações populares, contribuem para que a vida continue da mesma forma que está; os salários, ainda que reajustados mês a mês, vão perdendo seu poder de compra de forma vertiginosa; as condições de trabalho (horário, material adequado, etc) vão se deteriorando cada vez mais. E o mundo, é claro, continua sua perspectiva da exploração da imensa maioria por uma ínfima e gananciosa minoria.

Entendemos o Sindicato como uma organização de trabalhadores, não só para buscar seus direitos e objetivos imediatos, mas fundamental na luta por uma sociedade e uma vida humana e mais digna (a busca do socialismo). A unificação, cada vez maior, dos trabalhadores, é passo essencial nesta caminhada.

Já existem Universidades onde professores e funcionários romperam as barreiras que os separam e, mesmo mantendo as especificidades de cada segmento, se organizam juntos no mesmo Sindicato.

A deliberação dos trabalhadores da UNICAMP no seu 1º Congresso promovido pela ASSUC em junho passado cumpre a deliberação de dois Congressos da FASUBRA, nossa federação democrática e custista. Chamamos, portanto, os companheiros docentes a esta reflexão e à sindicalização conjunta neste órgão de luta recém-criado, que pode ser construído conjuntamente a partir do debate entre estes dois segmentos (de forma, inclusive, a respeitar as especificidades de cada um).

No momento em que os professores discutem sua organização sindical, cabe-nos colocar em discussão a política que julgamos correta: unificar esforços, juntar forças, apontar o caminho de uma sociedade justa. Resta-nos quebrar o tabu.

O Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP, em conjunto com o movimento estudantil e a sociedade civil organizada, será importantíssimo no processo de democratização e defesa da Universidade pública e, por conseguinte, de toda a sociedade brasileira.

Diretoria da ASSUC

ADUSP

A última eleição na ADUSP: algumas reflexões

A última eleição da diretoria da ADUSP, ocorrida em maio deste ano, se deu num momento extremamente complexo da vida do país. A perplexidade que atingia (e ainda atinge) parte dos setores organizados da sociedade, a corrosão acentuada dos nossos salários, o ataque sem precedentes à Universidade Pública e Gratuita e a tentativa de desqualificar a ADUSP enquanto entidade representativa da quase totalidade dos docentes da USP, revestiram essa eleição de uma enorme importância para a vida da Associação.

Apesar de todos esses fatores, a "Participação", única chapa inscrita na eleição, obteve 1175 votos de um total de 1456 votantes. Nesta conjuntura, consideramos esse resultado uma verdadeira vitória que reflete também a compreensão por parte dos colegas da Transformação da ADUSP em Seção Sindical da ANDES-SN, efetivada na gestão anterior, após amplo processo de discussão e deliberação. Nesse processo, realizou-se o Congresso de Sindicalização para permitir o embate de diferentes posições. As propostas aprovadas no Congresso e referendadas por mais de 2/3 dos votantes, em Assembleia Permanente nos diversos campi da USP, foram levadas a plebiscito, cujo resultado foi a transformação da ADUSP em Seção Sindical da ANDES-NS.

As dificuldades que encontramos na formação da chapa não foram muito diferentes daquelas das eleições de anos anteriores, mesmo levando-se em conta a ampliação da diretoria de sete para doze

membros, decorrente da modificação dos estatutos. O processo de composição da chapa, bem como a elaboração do manifesto e o estabelecimento dos princípios gerais do programa, exigiu a realização de várias reuniões que antecederam uma convenção pública e aberta.

A ADUSP tem centrado sua atuação em duas grandes frentes: uma é a defesa dos salários e das condições de trabalho dos docentes; a segunda, é a luta em defesa da escola pública e gratuita e pela democratização da Universidade.

No que se refere a salários e condições de trabalho, o engajamento dos docentes em torno da Associação é, em geral, bastante efetivo, sendo a ADUSP amplamente reconhecida como representante dos docentes no encaminhamento da campanha salarial e nas negociações junto ao CRUESP e ao governo estadual. O mesmo se verifica em campanhas gerais em defesa de Universidade e do ensino público. Enfrentamos ainda a resistência de parte do corpo docente no reconhecimento (e conseqüente engajamento) da ADUSP como um canal privilegiado e adequado para tratar das questões acadêmicas e de discussão da Universidade, sua estrutura e seu papel na sociedade em que vivemos. Em momentos de intensa mobilização (como na greve de 1988) esta resistência chegou a ser rompida. Temos consciência, no entanto, de que, se por um lado avançamos nessas questões por outro, há ainda um longo caminho a percorrer que passa

pelo aprofundamento da compreensão do papel que um sindicato de docentes universitários deve ter, incluindo não só as questões salariais mas também as de ordem acadêmica e estrutural. Neste sentido, esta diretoria deverá encaminhar a discussão e construção de um "Projeto para a USP", a partir do qual pretendemos repensar questões como a produção e utilização social do conhecimento, a autonomia, a avaliação, estrutura de poder, entre outros.

No que se refere ao aspecto estritamente assistencial aos docentes, a ADUSP conta com uma assessoria jurídica que presta serviços a seus associados. Além disso, a infra-estrutura de micros e impressão laser está à disposição dos associados para digitação e elaboração de trabalhos e teses a preço de custo.

Finalmente, é necessário destacar o papel desempenhado pelo conjunto das três associações de docentes das universidades estaduais paulistas em diferentes oportunidades. O fórum das seis entidades, funcionários e docentes, é outro espaço vital para a discussão e negociação de assuntos de interesse dos que trabalham nas Universidades. A presença da ADUNICAMP, ao lado das demais associações e sindicatos, é imprescindível neste momento delicado da vida do Estado e do país.

João Zanetic, Presidente
da ADUSP
Heloisa Daruiz Borsari, 1ª
Secretária da ADUSP

ADUNESP

ADUNESP hoje

ção realizada em cada Regional. Entretanto nesse processo a participação e o interesse demonstrado pelo conjunto dos professores ficou aquém da necessária importância de evento dessa natureza.

Numa avaliação objetiva chega-se à conclusão de que esse processo chegou ao seu termo mais por iniciativa das direções da Adunesp Central e das Ad's Locais do que propriamente por interesse do conjunto dos associados.

Em contrapartida, cabe ressaltar que a nossa organização estruturada em uma diretoria central e Ad's Locais — apesar das dificuldades de se chegar rapidamente a posições unitárias — traz uma participação efetiva das bases no processo decisório e contribui para configurar uma atmosfera associativa própria, conferindo uma certa identidade à Associação.

Os temas tratados pela Adunesp são predominantemente sindicais no sentido de que estão voltados para questões econômicas e condi-

ções de trabalho. No campo assistencial, nada temos a oferecer, embora eventualmente já tenhamos discutido a necessidade de reivindicar certos serviços, tais como: assistência médica, cooperativas, seguro etc.

Quanto à participação acadêmica, esta manifesta na preocupação com o processo decisório no interior da Universidade e seus possíveis reflexos nas questões acadêmicas.

Encerrando, cabe observar que, se existem dificuldades já apontadas, especialmente no que tange a uma certa carência de dirigentes, tem havido também falta de clareza por parte da associação quanto à necessidade de se desencaixar discussões sobre a natureza da organização sindical, o que certamente poderia favorecer o aparecimento de um número maior de possíveis dirigentes.

Lucia H. Lodi - Presidente
ADUNESP Central

A CRISE DA ADUNICAMP

Existe uma crise consubstanciada pelo fato de não haver candidatos para a eleição para renovação de sua Diretoria.

Tentaremos abordar aqui alguns pontos cuja discussão seria relevante e que sem a existência da nossa Associação não teria a UNICAMP adequada situação para isso.

1. Vencimentos dos docentes - O achatamento salarial é um fato. Vencimentos condignos se impõem. Os níveis antigos têm que ser restabelecidos. Fala-se até em transformar a ADUNICAMP em Sindicato dos Docentes como foi feito com a ADUSP. Abordaremos isso mais adiante.

2. Bases e Diretrizes Foi esse assunto de máxima importância discutido adequadamente nas Universidades brasileiras? Se não o foi como permitir que se resolva a respeito? Um reestudo se impõe.

3. Cursos Noturnos - É digna de elogios a ampliação do número deles na UNICAMP. Mais e mais são necessários pela sua dupla utilidade: a) oferecer a grande número de jovens e mesmo adultos até quarentões, oportunidade de estudar em cursos superiores sem sacrificar seus empregos que lhes mantêm a subsistência. b) Aumentar substancialmente a relação número de alunos: número de professores, tão ínfima nas Universidades brasileiras; tão menor que a existente em países muitíssimo mais ricos que o nosso.

4. Reestudo dos diferentes cursos oferecidos atualmente e, se devem todos continuar. E alguns novos cursos não seriam úteis, respondendo melhor à aspiração dos habitantes da região ou mesmo do País?

5. Pesquisas - Deixando por enquanto de lado a discussão sobre a ênfase que se deva dar à pesquisa sobre a ciência pura e aplicada, citamos a já tão discutida relação Universidade-Empresa. Até que ponto a empresa pode ditar quais as pesquisas que a Universidade deve realizar? Longe de nós a idéia de que não deve a Universidade ter pesquisas que interessem a determinadas empresas, mas parece que isso deveria ser feito sob certas condições: a) Que nunca prejudicassem os projetos de pesquisas mais amplos e mais necessários à coletividade. b) que os resultados não fossem apenas para uso das empresas interessadas e sim divulgados adequadamente para uso geral. Há ou já houve casos em que os mesmos foram feitos por assim dizer para uso exclusivo e secreto de empresas. c) Se houver patente com rendimento pecuniário resultante das pesquisas, alguma pecúnia poderia ser dada aos que as efetuarem mas, o grosso seria mesmo para o Departamento, a Faculdade ou Instituto ou mesmo para a Universidade. d) Falando ainda em pesquisas já é tempo de entenderem todos porque na grande reforma universitária de fins da década de 60 havia um item que dizia: "O Departamento é a menor unidade da Universidade". Tivemos oportunidade de, na USP, tomar parte nas amplas e demora-

das discussões gerais que antecederam à reforma. Aliás, foi talvez o que mais memorável houve nas Universidades paulistas. Já se passaram mais de vinte anos, e outra reforma se faz necessária. Mais discussões são ultra necessárias. O Departamento funciona realmente como a menor unidade? Muitas e muitas pesquisas, às vezes, em algumas Universidades, a quase totalidade, não são feitas apenas em âmbito de apenas uma disciplina? Isso que se justifica nos casos de trabalhos de pesquisa para serem assuntos de teses de Mestrado ou Doutorado, não devia ser diferente? Os Departamentos têm em geral nas Universidades brasileiras discutido e deliberado que pesquisas merecem atenção e prioridade? Têm organizado planos de pesquisas interdisciplinares como deveria ser feito hoje, como o enorme avanço da Ciência e da Tecnologia o exige? O que é que impede isso? Haveria por acaso um "vírus da Catedraticidade" afetando professores que mal atingido o nível de Doutor acham poder ser donos de laboratórios e de professores de nível inferior ao seu, para só realizar pesquisas em nível de disciplina? É preciso ter em mente que pesquisas de alto nível, são as que devem sair das grandes Universidades. Essas só são possíveis, com muito raras exceções, em nível pluridisciplinar, hoje em dia. Esse foi um dos motivos pelos quais a Cátedra necessitou ser extinta já há mais de vinte anos.

6. Sindicato de Professores - É desnecessário discutir sua vantagem para discussões sobre a situação de penúria salarial, o achatamento salarial de mais de 50% em relação a alguns anos atrás. Mas transformar a nossa Associação em Sindicato como fez a ADUSP será a melhor solução? Os assuntos até aqui ligeiramente abordados seriam adequadamente discutidos ou não é necessário encará-los mais? O grande problema salarial é evidente, é clamante, mas e os problemas universitários podem ser diluídos como o seriam evidentemente no Sindicato? Parece que há duas possíveis soluções para o caso: a) Criar o Sindicato sem se transmutar a Associação. b) Criar na Associação se isso for legal, um Departamento sindical, com competente assessoria jurídica (idéia da Profª Maria Antonia Galeazzi) para tratar do importantíssimo problema.

Há muito mais assunto universitário que será lembrado em tempo oportuno. Mas há ainda assuntos relativos a problemas, grandes, enormes, verdadeiros problemas brasileiros que não poderiam jamais deixar de ser discutidos ou melhor postos em discussão pela ADUNICAMP: 1) Poluição ambiental, sem os exageros incríveis que existem ou melhor, focalizando os erros mesmo entre os que defendem a natureza como entre os que a destroem. 2) O problema do índio. 3) O grande, o incomensurável problema da distribuição de renda. O salário mínimo que deveria ser cinco ou

mais vezes maior. A miséria que atinge pelo menos 20% da população do País.

Como disse a pouco D. Helder Câmara, pode se até admitir a pobreza mas a miséria nunca. Propos mesmo que todos os brasileiros se empenhassem em acabar com a miséria no Brasil até o início do novo milênio. Haverá coisa mais meritória, por acaso? 4) A corrupção.

Hoje há às vezes em uma página de alguns dos nossos melhores jornais, três, quatro ou mais casos de altíssima corrupção. Como seria relevante se houvesse notícia de casos de condenação de "colarinhos brancos" a anos de prisão em penitenciárias. Será que só o término da corrupção não bastaria para solucionar o problema econômico-financeiro brasileiro e mesmo acabar com a miséria, com a subnutrição e a fome?

O papel da ADUNICAMP jamais pode ser desprezado. Tem que ser sempre uma notável Associação de Docentes de uma mais que notável Universidade. Uma das poucas verdadeiramente grandes Universidades brasileiras. Temos que impedir que seja extinta, pois a sua permanência é indispensável. É mais que necessário que haja candidatos para a sua nova Diretoria em agosto.

Jorge Leme Jr.
Prof. Aposentado FEA
Ex-presidente Diretoria Provisória
Maio 77 a Novembro 77

SEM REPRESENTAÇÃO NÃO HÁ SOLUÇÃO

Como tudo mais neste país, nossa Associação vive a crise do desalento, da alienação. Me faz lembrar daquela época do "Brasil: ame-o ou deixe-o", com o maldoso lembrete para o último que sair apagar as luzes. Estamos mais ou menos assim, ninguém se propõe a assumir sua diretoria. É claramente uma situação das mais graves. É grave no sentido que reflete, certamente, uma situação muito mais ampla que extravasa os limites da ADUNICAMP, e insere-se na apatia anêmica que perpassa nossa vida universitária em todos os seus aspectos.

Gostaria de colocar como reflexão para todos os colegas que sem representação organizada o barco dos docentes ficará à deriva e sujeito a intempéries imprevisíveis. A Reitoria sempre se moveu sob pressão das representações de nossos três segmentos — docente, discente e funcionários. A ausência de uma delas amplia, sem nenhuma dúvida, o campo de manobra livre da administração central, desequilibrando o desejável, e mesmo indispensável, jogo democrático interno. O nosso reitor deve estar muito feliz e rindo à-toa com a presente situação. Talvez venha até ocorrer-lhe que poderia, ele próprio, articular uma diretoria para a ADUNICAMP. A nossa representação docente no CONSU não é suficiente para organizar nosso segmento e nem tem esta finalidade. Além do mais, sem o papel articulador da ADUNICAMP nas unidades, promovendo alguma organicidade ao processo, os representantes docentes no Conselho estarão perdidos.

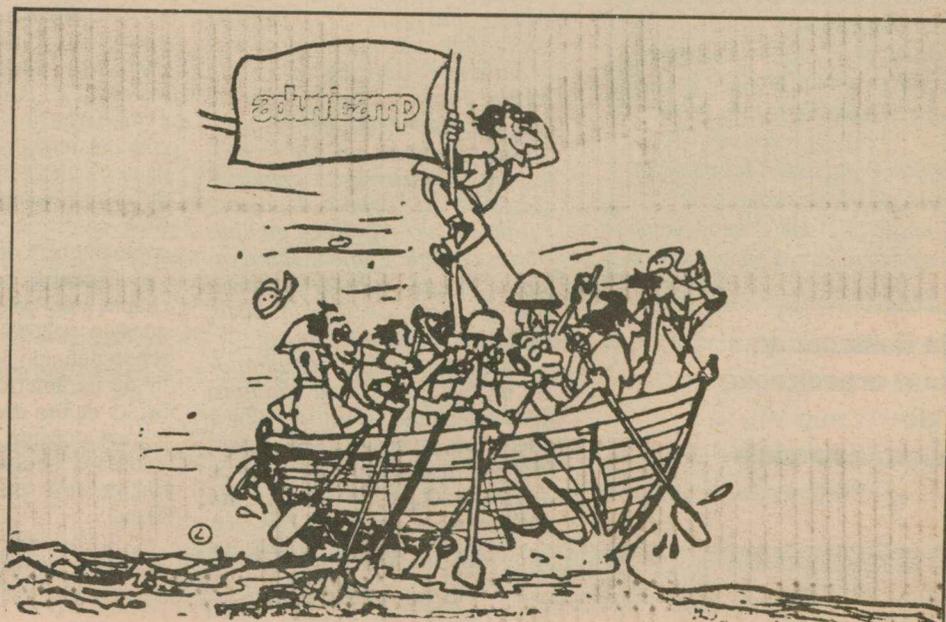
Só para reavivar memórias — foi a ADUNICAMP quem forçou a introdução

de eleições para diretor de unidade, em época em que, estatutariamente, o reitor podia nomeá-los ao seu bel-prazer. Foi a ADUNICAMP quem organizou e desencadeou a mais ampla campanha para a institucionalização da Universidade; colaborou ativamente na elaboração do Estatuto do Servidor; instituiu, na prática, a consulta e suas regras, para a indicação do reitor; organizou a Universidade para resistir à brutal intervenção malufista e a expulsão dos interventores nomeados; tem sido a ADUNICAMP quem, ao longo desses anos todos, liderou as negociações salariais dos docentes — mais recentemente, foi na última gestão que, num esforço sobre-humano, ajudou a

desmascarar as continhas do CRUESP sobre o ICMS, resultando numa substancial recuperação de nossos aviltados salários; e tantas outras coisas mais.

Abrir mão da nossa representação organizada através da ADUNICAMP é abrir mão de nossos direitos, de nossa defesa contra possíveis (e prováveis) atitudes arbitrarias e prepotentes, vindas de dentro ou de fora da Universidade. Num ambiente de selvageria política como o que vivemos neste país, o nosso desinteresse coletivo é um passo para a servidão consentida e, quem sabe, voluntária.

José Carlos Valladão de Mattos
Prof. IFGW



As Pedras do Caminho

Vinte e cinco anos nos separam da fundação da UNICAMP. É o espaço de uma geração. No momento em que emerge uma segunda geração de cientistas ligados à Universidade, é confortante verificar que, em apenas um quarto de século, já podemos contabilizar alguns sucessos importantes. No nível local, é inegável que a presença da Universidade foi decisiva para fazer de Campinas um pólo tecnológico de primeira grandeza. No nível estadual, a UNICAMP veio dar a contrapartida tecnológica, modernizante, à liderança cultural que a USP já havia conquistado para o Estado desde a primeira metade do século. No nível nacional, alcançamos posição de liderança no panorama universitário, tanto em termos de ensino como de pesquisa científica e, especialmente da sua articulação com o setor produtivo nacional.

Quem acompanhou essa trajetória sabe que o caminho foi, e é, cheio de pedras. Sabe também que, nos momentos críticos, só a mobilização da comunidade é capaz de remover certos obstáculos. Os estatutos codificam e regulamentam o jogo, mas não determinam o resultado. Quem conhece

nossa estrutura normativa sabe que ela privilegia os mecanismos de legitimação interpares, que podem levar mais ou menos a qualquer resultado, em termos de qualidade. Em boa parte, a grandeza da UNICAMP resulta dela ter se pautado por referências de qualidades internacionais, que extrapolam o país. Mas em última análise a nossa qualidade só deitará raízes se estiver referenciada à nossa própria visão do mundo, cujo repositório é a própria comunidade.

Faço esses comentários para enfatizar a necessidade de manter alto, em todos os sentidos, o nível de mobilização e organização do corpo docente e das demais categorias que compõem a comunidade acadêmica. Há muitas pedras no caminho da instituição, cuja remoção depende da intervenção persistente, organizada e cuidadosa da comunidade, através das suas associações.

A conquista de novos patamares de autonomia só veio acentuar essa necessidade.

Entre os problemas que demandam a atenção direta da comunidade organizada, avulta a questão salarial.

Nossas carências salariais são absolutamente aflitivas, na medida em que corroem a competitividade da Uni-

versidade no mercado de trabalho, e afastam da carreira acadêmica os nossos melhores talentos jovens. Um diagnóstico em profundidade deste problema não poderá fugir ao estudo: do tamanho da nossa burocracia face às tarefas administrativas necessárias; do tamanho do próprio corpo docente face às tarefas didáticas da Universidade (entendidas no sentido amplo, que inclui a pós-graduação e a pesquisa a ela associada); da produtividade científica observada, no contexto das condições de trabalho oferecidas ao docente; e da adequação da dotação orçamentária, face às prioridades do Estado. Parece-me impensável discutir essas questões de forma consequente sem a participação direta, corporativa, dos docentes da Universidade.

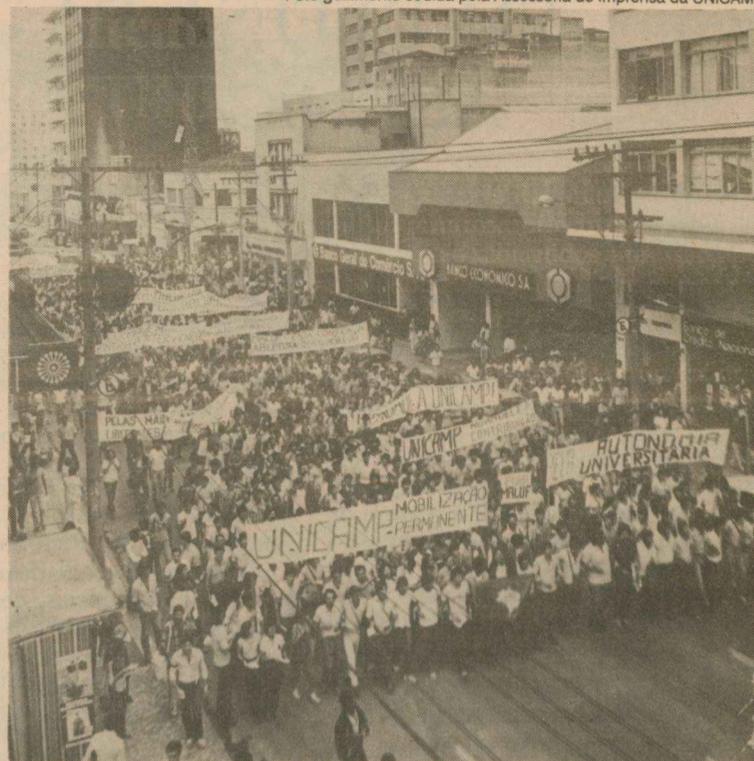
Diante deste quadro, é preocupante observar o que parece ser um surto de desmobilização de nossa associação docente. Precisamos de uma associação atuante, presente, que carregue a nossa voz onde ela tiver o que dizer. O quadro atual requer corretivos que ultrapassem as possibilidades dos gabinetes.

Helio Waldman
Prof. FEE

Foto gentilmente cedida pela Assessoria de Imprensa da UNICAMP



Foto gentilmente cedida pela Assessoria de Imprensa da UNICAMP



CONTRA A RECESSÃO ACADÊMICA

A Universidade brasileira vive, no início dos anos noventa, seu momento mais crítico. Vive uma contextualidade marcada por um Governo cujo projeto não é outro senão levar à privatização avançada do estado e o seu sucateamento. Construir uma espécie de Coréia tropical, exportadora, com tecnologia forânea, e tudo o mais que se convencionou chamar de receituário neoliberal mesclado a uma política com traços bonapartistas.

Em relação à Universidade (cujo ensino já é agudamente privatizado) trata-se de tornar mercantil o que resta de ensino público. E o que dele ainda resistir, convertê-lo numa máquina formadora de mão-de-obra (sem tecnologia, sem ciência, sem reflexão crítica) para o capital privado. É a desqualificação docente, a sub-remuneração, a degradação profissional. Quem achar que há algum exagero nisso, que veja o descaso do Governo frente às universidades federais em greve desde maio/junho deste ano. Teríamos, então, "escolas-empresas", formadoras de força de trabalho com qualificação questionável, além de algumas ilhas sofisticadas de produção acadêmica para o capital. Este é o *télos* do Governo Federal. Neste quadro crítico aflora a importância das Associações de Docentes. Têm que resistir em várias frentes. Lutar pelo ensino público superior, universal e crítico; contrapor-se à política privatista e privatizante e repudiar o arrocho salarial universitário. Impedir a desqualificação docente. Lutar pela permanência e ampliação

do *locus* universitário que possibilite a vivência frutificante do ensino, pesquisa, reflexão crítica e ciência. E ainda garantir a integridade salarial, hoje aviltada.

A ADUNICAMP, que sempre esteve na linha de frente do movimento docente, não pode sucumbir a este quadro crítico. Deve aglutinar suas melhores forças e energias num projeto que não se intimide frente às adversidades agudas do presente. Enfrenta a tragédia de uma política econômica nefasta, recessiva, e ainda tem que opor-se a uma política estadual que faz, para dizer o mínimo, pouco caso das universidades. A ADUNICAMP deve, portanto, pautar sua ação moldada pela *independência e combatividade, espírito crítico e contestação*. Não pode, sob o risco de ser cúmplice deste projeto, subordinar-se ao clima de apatia e, em alguns casos, submissão mesmo, presentes em setores do universo acadêmico. Apatia esta que, lamentavelmente, encontra eco em diversos segmentos da sociedade brasileira. Deve, ao contrário, inserir-se e associar-se ao conjunto daqueles que, noutra lado do espectro social, buscam recuperar-se frente às derrotas e esboçam alternativas que permitam oferecer perspectivas um pouco menos sombrias para o quadro brasileiro. E, dentro dele, um quadro menos adverso para as Universidades. Este os rumos que devem ser trilhados pela ADUNICAMP. Única forma de se opor a despublicização da universidade e de ser contra a recessão acadêmica.

Ricardo Antunes - Prof. IFCH

EM DEFESA DA ADUNICAMP

A ADUNICAMP é uma entidade que ganhou reconhecimento no conjunto dos docentes por sua trajetória de resistência e de luta em defesa da Universidade, de nossas condições de trabalho e salário, por sua presença nos momentos mais importantes da vida nacional em defesa da democracia e das questões políticas mais gerais. Passou, durante estes últimos anos, por momentos difíceis, quando da intervenção mafiosa de 81, a Institucionalização da Unicamp, a greve do gatilho, a greve de 88, escolhas de reitores, eleições para presidente, Diretas Já e muitos outros momentos. Tratou sempre com muita garra, disposição de luta e unidade dos docentes, as dificuldades próprias do movimento docente, em especial as divergências, as opiniões contrárias e a luta de idéias manifestas em cada uma de suas instâncias democraticamente construídas, Diretoria, Conselho de Representantes e Assembléias.

Assim, não há como entender a "crise" por que passa a entidade, neste último ano, a não ser como uma crise de caráter conjuntural, conseqüência, em parte, da crise maior que se abate sobre o País, da insatisfação, da descrença e da confusão gerada sobre as perspectivas para superação das condições sociais, políticas e econômicas atuais. Há também fatores internos de origens diversas, contribuindo para o que estamos chamando de "desmobilização" frente a essas condições adversas, desmobilização que nos tem tornado incapazes de dar respostas aos desafios que cotidianamente estão colocados à nossa frente.

Quais são estes desafios e o que fazer para enfrentá-los?

Enfrentar a questão salarial com firmeza, lutar pela recuperação de nossas perdas desde 89 — ano da autonomia — exigir uma política salarial definida e negociações efetivas com o CRUESP são tarefas intransferíveis da ADUNICAMP. A luta por salários é elemento fundamental da luta em defesa da autonomia do trabalho acadêmico e do desenvolvimento científico independente e crítico. Os baixos salários nos colocam em uma roda viva pela complementação financeira fazendo-nos ausentes da Universidade e impedindo, em conseqüência, o trabalho

acadêmico coletivo e o debate sobre o cotidiano da vida universitária. Também, e principalmente a entidade, é afetada por essa ausência.

Questões importantes acontecem na UNICAMP e no País no que diz respeito aos fins da Universidade, ao futuro da ciência e tecnologia e da educação e que exigem de nós uma reflexão e respostas imediatas. E para que essas idéias fluam de forma democrática e pluralista entre os docentes há necessidade de uma ADUNICAMP forte, independente da Reitoria e do Estado, organizada democraticamente em suas diferentes instâncias, com mecanismos de comunicação abertos a todos os docentes e amplamente divulgados — como Boletins, Jornais, Cadernos — e capazes de fazer chegar com agilidade as informações a todos os docentes e de constituir-se em mecanismos que possibilitem a livre manifestação das idéias do conjunto dos docentes.

Em curto espaço de tempo devemos decidir sobre nossa forma de organização sindical. Qualquer que seja a forma deliberada, devemos ter claro que a ADUNICAMP é a forma organizativa que assegura um conteúdo acadêmico, diferente das instâncias institucionais, para um projeto de Universidade autônoma e democrática em contraposição ao projeto que se esboça para a UNICAMP a partir da política científica e tecnológica do governo Colômbia.

As propostas de privatização da Universidade pública que têm encontrado apoio na administração da UNICAMP através de projetos e convênios que garantem a **apropriação privada** dos lucros e benefícios do trabalho científico (vide o caso da Rhodia), somente poderão ser enfrentadas com a defesa de um projeto alternativo para a Universidade, elaborado pelo conjunto dos docentes organizados em torno da ADUNICAMP.

Há razão melhor para defendermos a continuidade da ADUNICAMP com unidade e luta?

Helena Costa Lopes de Freitas
Prof.^a FE
Ex-presidente Adunicamp
Gestão 87-89 e 89-90

SALÁRIOS & SOBREVIVÊNCIA

Breve Crônica de um Debate

Foi, imperialmente fixado pelo CRUESP em 10% o reajuste dos nossos salários de Julho, e assim, apenas nos seis meses de 91 que já se foram, nossos desvalidos salários acumularam uma perda-FIPE da ordem de 16%.

E agora colegas, o que fazemos? Nossa ADUNICAMP ao longo de seus quatorze anos, que vinha com muita garra e competência, lutando por remediar esta situação, encontra-se hoje adormecida e um tanto desnordeada, porém certamente ainda com uma enorme "capacidade de sobrevivência".

Esta breve introdução sobre nossos salários e nossa Associação, serve de marco para colocar algumas questões sobre o devastador efeito, que o arrocho salarial produz e produzirá sobre as Universidades.

Em maio último, resgatando uma valiosa e, ultimamente rara tradição universitária, a ADUNICAMP organizou um importante debate sobre Política Científica para a UNICAMP.

Participaram destacados colegas, entre eles Renato Dagnino, IG (autor do Documento Base), Luís Carlos Guedes, IE (moderador), Fernando Galembeck, (IQ), Maria Antonia Galeazzi (FEA), Rui Albuquerque (IG) e Mário Mattos (IMECC).

No decorrer do debate, o prof. Mário Mattos colocou algumas idéias extremamente norteadoras e oportunas. Em prestarei a seguir suas palavras. Disse ele:

"Na minha opinião a Política Científica da UNICAMP deveria se basear em duas coisas fundamentais, primeiro, **manutenção e melhoria da qualificação** de seu corpo docente e segundo, **renovação** de seus quadros docentes".

Mas reparem, na visão objetiva do Prof. Mattos e com uma experiência de quase vinte anos de labor acadê-

mico, para ele, o primeiro passo para a manutenção e melhoria da qualificação do quadro docente é ter **salários dignos**.

Relatando diversos episódios de sua vivência, mostrou como esses dois parâmetros se interligam profundamente e as penosas conseqüências que trouxe para o sistema de educação no Brasil, quando estes parâmetros não foram devidamente entendidos pelos responsáveis de plantão. "Agregou de que, com um bom corpo docente e com renovação, pode-se enfrentar com objetividade as questões cruciais da Universidade: qualidade de ensino e pesquisa, autonomia & produtividade, autonomia & sociedade, política científica e tantas outras".

Ocorre porém que, as Administrações das Universidades Paulistas, por um lado prensadas pela situação econômica oscilante e por outro, poupadas pela permanente omissão dos CONSUS, têm relegado a um triste segundo plano, esse questão vital para a Universidade, que é a elaboração de uma "política salarial adequada" para seus trabalhadores (funcionários e docentes). O arrocho imposto a nossos salários nos últimos anos, está como todos sabemos, corroendo seriamente o ciclo vital das Universidades, isto é, manutenção e renovação de seus quadros docentes.

Daí porque, o labor de nossa ADUNICAMP de lutar e participar nas questões fundamentais: contra a intervenção, SOS-Universidade, Política Científica, Cursos Noturnos e é claro **salários dignos**, devemos entendê-la como nossa luta maior pela preservação do ciclo vital ou a sobrevivência da Universidade.

Ramón L. Gutiérrez
Prof. FEA

PARAR? NEM PENSAR!!

